

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Demonstrações contábeis referentes
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração dos resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas II S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Serra das Vacas II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas II S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Eólica Serra das Vacas II S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

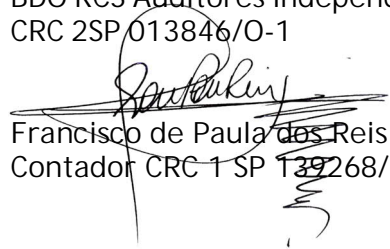


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	674	514	Fornecedores	8	1.109	11.923
Contas a receber	4	1.443	-	Empréstimos e financiamentos	10	4.510	1.463
Despesas antecipadas		1	4	Debêntures	9	-	6.517
Impostos a recuperar		166	141	Outros passivos		23	23
Outras contas a receber		8	7	Impostos a pagar		229	85
		<u>2.292</u>	<u>666</u>			<u>5.871</u>	<u>20.011</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	10	62.390	55.012
Depósitos judiciais		2	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	15.072	5.223
Aplicações financeiras	5	3.268	-			<u>77.462</u>	<u>60.235</u>
Imobilizado	6	122.876	127.413				
Intangível	7	423	17				
Outros				Patrimônio líquido			
		<u>126.569</u>	<u>127.430</u>	Capital social	12	48.176	48.176
				Prejuízos acumulados		(2.648)	(326)
						<u>45.528</u>	<u>47.850</u>
Total do ativo		<u><u>128.861</u></u>	<u><u>128.096</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>128.861</u></u>	<u><u>128.096</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	13	16.178	-
(-) Custo de produção de energia elétrica	14	(7.922)	-
(=) Lucro bruto		8.256	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.190)	(662)
Outras receitas/despesas operacionais	7	409	-
		(781)	(662)
(=) Lucro ou prejuízo antes dos impostos e efeitos financeiros		7.475	(662)
Receitas financeiras	16	33	606
Despesas financeiras	16	(9.324)	(113)
		(9.291)	493
(=) Prejuízo antes dos impostos		(1.816)	(169)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		(506)	-
(=) Prejuízo do exercício		(2.322)	(169)
Número de quotas integralizadas		48.176	48.176
Prejuízo por quota (em Reais - R\$)		(48,20)	(3,51)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	<u>(2.322)</u>	<u>(169)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.322)</u></u>	<u><u>(169)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	26.686	(1.040)	(157)	25.488
Aumento do capital social	19.028	(13.380)	-	5.648
Integralização de capital	2.462	14.420	-	16.882
Prejuízo do exercício	-	-	(169)	(169)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	48.176	-	(326)	47.849
Prejuízo do exercício	-	-	(2.322)	(2.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	48.176	-	(2.648)	45.527

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(2.322)	(169)
Ajustes		
Depreciação e amortização	5.487	16
Recebimento de cessão de servidões	(409)	-
Prejuízo ajustado	2.756	(153)
(Aumentos)/reduções dos ativos (circulante e não circulante)		
Clientes	(1.443)	-
Despesas antecipadas	3	196
Impostos a recuperar	(25)	(136)
Outras contas a receber	(4)	(4)
	(1.469)	56
Aumentos/(reduções) dos passivos		
Fornecedores	(10.814)	11.756
Outros passivos	-	(24)
Impostos a pagar	144	(2)
	(10.670)	11.730
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(9.383)	11.633
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.323)	(101.024)
Aquisições de bens do ativo intangível	(1)	-
Aplicações financeiras	(3.268)	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	1.378	83
Partes Relacionadas	-	-
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(4.214)	(100.941)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	22.530
Recursos para Futuro Aumento de Capital	9.849	5.223
Empréstimos e Financiamentos, líquido	10.519	56.671
Captação de debêntures	-	57.000
Liquidação de debêntures de pagamento de juros	(6.611)	(52.940)
(=) Caixa líquido proveniente das atividades financiamentos	13.757	88.484
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	160	(824)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	514	1.338
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	674	514
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	160	(824)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas II S.A., com tipo jurídico "Sociedade Anônima" de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem por objetivo social predominante a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

Conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, em 30 de dezembro de 2013, a acionista da Companhia PEC Energia S.A. cedeu e transferiu à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) o total de 288.504 ações de sua titularidade, representativas de 49% do capital social da Companhia, com a concordância expressa da Companhia.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2014, a denominação social da Companhia foi alterada. A Companhia, antes chamada de A.L.F.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. passou a ser denominada de Eólica Serra das Vacas II S.A.

Em 31 de agosto de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das ações e conseqüentemente conversão da Companhia em subsidiária integral da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontrava-se operacional. O início de suas operações ocorreu no dia 18 de dezembro de 2015.

Conforme Portaria nº 240 do Gabinete do Ministro estabelece a Eólica Serra das Vacas II (ESDV II) como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica. Durante o prazo de trinta e cinco anos (35).

Durante o mês de dezembro de 2015 a Companhia operou em fase de testes, tendo sido possível a geração com finalidade comercial nos últimos dias do exercício, com cerca de 50% de sua capacidade operacional.

Em janeiro de 2016, a Companhia iniciou suas atividades comerciais, tendo, inclusive, comercializado o excedente da energia produzida durante os últimos 12 dias do mês de dezembro de 2015, por meio da emissão da nota fiscal número 20 com data de 08 de janeiro de 2016.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2017.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

b) Moeda de apresentação das demonstrações

As demonstrações contábeis estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

2.2.2. Contas a receber

Os valores de contas a receber são demonstrados pelos valores de realização.

2.2.3. Imobilizado

Com a entrada em operação comercial, a companhia optou pela Unitização de seus ativos, de acordo com MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - resolução 674/2015 da Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), assim como as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação estão de acordo com a tabela XVI anexa ao respectivo manual.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.2.4. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.2.5. Provisões para perdas por “impairment” em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos, para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros foram ajustados por “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data do balanço.

2.2.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.2.8. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma.

2.2.9. Debêntures - não conversíveis

As debêntures (não conversíveis) emitidas pela Companhia, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquida dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

São classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.10. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC

Os novos pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB mas ainda não estão em vigor para 2016. Companhia está atualmente avaliando o impacto total dessas normas

- IFRS 9: Instrumentos Financeiros. A norma é efetiva para os períodos contábeis que começam em ou após 1º de janeiro de 2018 e adoção antecipada é permitida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

- IFRS 15: Receita de contratos com os clientes. A data efetiva é 1 de Janeiro de 2018.
- IFRS 16: Arrendamento mercantil. A norma entra em vigor em 1 de Janeiro de 2019.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	1	1
Depósitos bancários	670	513
Aplicações Financeiras	3	-
	<u>674</u>	<u>514</u>

4. Contas a receber

	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	1.443	-
	<u>1.443</u>	<u>-</u>

A abertura dos saldos de contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2016	2015
A vencer	1.443	-
	<u>1.443</u>	<u>-</u>

A comercialização para os clientes está subordinada as políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência.

5. Aplicações financeiras

	2016	2015
Certificado de depósito bancário - CDB	3.268	-
	<u>3.268</u>	<u>-</u>

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na Nota Explicativa nº 10.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

6. Imobilizado

	IMOBILIZADO EM CURSO						IMOBILIZADO EM USO						Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	A ratear	Desenvolvimento de projeto	Adiantamentos a fornecedores	Material depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	253	314	172	2.072	588	20.767	-	8	45	-	-	8	24.227
Aquisições	346	11.626	15.758	15.431	-	60.120	-	-	-	-	-	-	103.281
Baixas	-	-	-	(84)	-	-	-	-	-	-	-	-	(84)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	2.860	76.503	-	-	(79.363)	-	(1)	(9)	-	-	(1)	(11)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	599	14.800	92.433	17.419	588	1.524	-	7	36	-	-	7	127.413
Custo total	599	11.940	15.930	17.419	588	80.887	-	8	49	-	-	8	127.428
Depreciação acumulada	-	2.860	76.503	-	-	(79.363)	-	(1)	(13)	-	-	(1)	(15)
Valor residual	599	14.800	92.433	17.419	588	1.524	-	7	36	-	-	7	127.413
Saldos em 31 de dezembro de 2015	599	14.800	92.433	17.419	588	1.524	-	7	36	-	-	7	127.413
Aquisições	-	1.678	86	203	-	-	244	112	-	-	-	-	2.323
Baixas	-	-	-	-	-	(1.378)	-	-	-	-	-	-	(1.378)
Transferências	(599)	(16.478)	(92.519)	(17.622)	(588)	(146)	-	106.461	-	599	20.865	27	-
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	(4.783)	(7)	-	(690)	(2)	(5.482)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	244	101.797	29	599	20.175	32	122.876
Custo total	-	(2.860)	(76.503)	-	-	79.363	244	106.581	49	599	20.865	35	128.373
Depreciação acumulada	-	2.860	76.503	-	-	(79.363)	-	(4.784)	(20)	-	(690)	(3)	(5.497)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	244	101.797	29	599	20.175	32	122.876
Taxa média de depreciação %	-	-	-	-	-	-	-	5,13	14,29	-	3,27	6,25	-

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Conforme mencionando na Nota Explicativa nº 1, a Companhia entrou em operação em 18 de dezembro de 2015. A partir desta data o imobilizado em curso passou a ser depreciado e ser classificado como imobilizado em uso.

7. Intangível

	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	17	17
Aquisições	-	1	2
Cessão de servidões (b)	409	-	488
Amortização	-	(4)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>409</u>	<u>7</u>	<u>337</u>
Custo total	409	25	434
Amortização acumulada	-	(11)	(11)
Valor residual	<u>409</u>	<u>14</u>	<u>423</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>(a)</u>	<u>20</u>	<u>-</u>

(a) Conforme CPC 4 - Ativo intangível (IAS 38), os ativos intangíveis de vida útil indefinida não devem ser amortizados;

(b) Em julho de 2016 é cedido pela Eólica Serra das Vacas IV por meio do contrato de cessão não onerosa da Servidão Administrativa para a passagem da linha de transmissão e respectiva servidão de passagem para acesso a Linha de transmissão.

8. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores de materiais e serviços	<u>1.109</u>	<u>11.923</u>
	<u>1.109</u>	<u>11.923</u>

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, com prazo máximo de liquidação de 30 (trinta) dias.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

9. Debêntures

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas II S.A aprovou, em 2 de junho de 2015, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 114 (cento e vinte oito) debêntures, com valor Nominal Unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), totalizando, na data de emissão, o Valor Total da Emissão de R\$ 57.000.000 (sessenta e quatro milhões de reais). A emissão é série única, com garantia real, garantia adicional fidejussória, com vencimento em 22 de junho de 2016. Os recursos líquidos captados em 30 julho de 2015 foram destinados para a construção do Parque Eólicos. O valor nominal e os correspondentes encargos financeiros das Debêntures estão classificados do Passivo circulante em virtude do prazo de vencimento ser inferior a um exercício social.

No dia 30 de dezembro de 2015, houve uma amortização no valor de R\$ 50.344.224,00 pago pela Eólica Serra das Vacas II S.A, com o recebimento de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme Nota Explicativa nº 10.

	2016	2015
Moeda nacional	-	6.655
(-) Custo de transação	-	138
	<u>-</u>	<u>6.517</u>

As debêntures foram liquidadas durante o exercício de 2016.

10. Empréstimos e financiamentos

A Eólica Serra das Vacas II S.A adquiriu um financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento BNDES composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. O "Crédito B" destinado a Eólica Serra das Vacas II S.A, foi creditado até a data 31 de dezembro de 2015 um valor de R\$ 56.670.520, com data final de amortização em 15 de julho de 2032.

	2016	2015
Moeda nacional	67.422	56.670
(-) Custo de transação	(522)	(195)
	<u>66.900</u>	<u>56.475</u>
Circulante	4.510	1.463
Não circulante	62.390	55.012
	<u>66.900</u>	<u>56.475</u>

O saldo do empréstimo será pago em 192 prestações mensais com vencimento todo dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser capitalizados ao seu principal.

EÓLICA SERRA DAS VACAS II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Serra das Vacas I S.A., Serra das Vacas II S.A., Serra das Vacas III S.A. e Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As beneficiárias tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BDNES as respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular junto aos órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações da Eólica Serra das Vacas I, estão apresentar durante a vigência do contrato, até 30 de maio de cada ano, demonstrações financeiras auditadas por empresa cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), referentes ao exercício anterior.

11. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

A necessidade de caixa da Companhia, quando necessários aportes monetários de valores expressivos, são suportadas por meio de aportes realizados pelos quotistas com recursos próprios e na proporção de suas participações e registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

	2016	2015
Eólica Serra da Vacas Holding S.A	15.072	5.223
	<u>15.072</u>	<u>5.223</u>

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital subscrito é dividido em 48.176.000 de ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, tendo sido integralizado o 100% do valor R\$ 48.176.000:

	Capital subscrito	Capital integralizado
Acionistas		
Eólica Serra das Vacas Holding S.A	48.176	48.176
	<u>48.176</u>	<u>48.176</u>

Em 31 de agosto de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade das ações e conseqüentemente conversão da Companhia em subsidiária integral da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Todos os aumentos de capital com emissões de ações ocorridas durante o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015 foram deliberados e aprovados em Reunião de Conselho Administrativo.

12.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social, sem resultado positivo no período, não houve destinação para reserva legal.

12.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. Sem resultado positivo no período, não houve proposta de distribuição de dividendos.

13. Receita operacional líquida

	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	16.847	-
(-) Deduções das receitas	(669)	-
	<u>16.178</u>	<u>-</u>

14. Custo de produção de energia elétrica

	2016	2015
Depreciação e amortização	(5.474)	-
Serviços de terceiros	(1.016)	-
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(581)	-
Arrendamentos e alugueis	(92)	-
Outros	(759)	-
	<u>(7.922)</u>	<u>-</u>

15. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Serviços de terceiros	(1.185)	(464)
Depreciação e amortização	(13)	(16)
Arrendamentos e alugueis	(2)	(2)
Outros	10	(180)
	<u>(1.190)</u>	<u>(662)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

16. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamento	(7.106)	-
Comissão fiança	(2.025)	-
Outras	(193)	(133)
	<u>(9.324)</u>	<u>(133)</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	33	606
	<u>33</u>	<u>606</u>
	<u>(9.291)</u>	<u>493</u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>Classificação</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros			
- Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	674	514
- Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	1.443	-
- Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	3.268	-
Passivos financeiros			
- Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	1.109	11.923
- Empréstimos e financiamentos	Passivo pelo custo amortizado	66.900	56.475
- Debêntures	Passivo pelo custo amortizado	-	6.517

b. Valor justo

Não existem diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros “ não derivativos”

Todos os ativos financeiros “ não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3: informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

c. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

f. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

18. Cobertura de seguros

A Administração considera que o montante segurado é suficiente, levando em conta a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.